

ENTRE O GADO E O ENGENHO : economia nas fazendas São Bartholomeu e Tabua (1797-1807)

Autor: Wesley Santana Carvalho*

Coautor: Ygor Jardell Pereira Cangussu**

RESUMO

O trabalho de Wesley Santana Carvalho, intitulado *Entre o Gado e o Engenho: economia nas fazendas São Bartholomeu e Tabua (1797-1807)*, sob orientação do Prof. Dr. Allan Kardec da Silva Pereira (UFFS), realiza uma investigação sobre a estrutura socioeconômica do sertão do Rio Pardo na transição do século XVIII para o século XIX. A pesquisa toma como locus as fazendas São Bartholomeu e Tabua — localizadas no atual município de Montezuma (MG) — e como recorte temporal os anos entre a elaboração do testamento (1797) e o encerramento do inventário post-mortem (1807) do proprietário, o Ajudante José Ferreira da Costa (?-1806). A investigação estrutura-se em dois eixos fundamentais: a análise das representações históricas e cartográficas sobre o sertão colonial e a reconstrução da economia agropastoril regional. Inicialmente, o autor desconstrói o discurso metropolitano que retratava o sertão como um espaço "ignoto", inóspito e "sem lei" (zones de non droit), demonstrando sua integração efetiva como entreposto estratégico de abastecimento nos caminhos entre as zonas auríferas baianas e mineiras. Metodologicamente pautado pela transcrição e análise crítica de fontes documentais primárias (testamento e inventário custodiados pela Coordenação do Arquivo Permanente - COARPE, do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais), relatos de itinerários (como a Derrota de Joaquim Quaresma Delgado, de 1734) e mapas setecentistas (Jacobus Cocleo e Joaquim José da Rocha), o estudo, ao examinar a posse de terras, rebanhos e, sobretudo, da escravaria das fazendas, atribui sentido humano aos dados financeiros, problematizando as trajetórias e identidades étnicas dos escravizados imersos nas dinâmicas de poder e trabalho do sertão mineiro.

Palavras-chave: Escravidão. Rio Pardo. Fazendas. Economia Colonial. Inventários Post-Mortem.

Eixo Temático: História social e das relações de poder.

* Licenciado em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul, weslwysc@gmail.com

** Licenciado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestrando em Ensino de História pela Universidade Estadual do Sudoeste Baiano, ygor.jardell@gmail.com

INTRODUÇÃO

A escrita historiográfica sobre os sertões mineiros enfrentou percalços decorrentes da escassez, da acentuada dispersão física ou do adiantado estado de deterioração dos acervos documentais situados no interior do país. Em regiões predominantemente rurais, a dificuldade de acesso e a precariedade de conservação das fontes primárias constituíram, ao longo de décadas, um obstáculo para a consolidação de investigações analíticas sobre as dinâmicas socioeconômicas, a posse da terra e o povoamento do sertão colonial e imperial.

Diante dessa lacuna, o trabalho de localização, recolhimento, tratamento arquivístico e disponibilização do testamento (1797) e do inventário *post-mortem* (1807) do Ajudante José Ferreira da Costa, possibilitado a partir da constituição e estruturação da Coordenação de Arquivo Permanente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (COARPE/TJMG), configurou um marco institucional de extrema relevância para pesquisadores, historiadores e interessados na história do Norte de Minas Gerais. Essa importante iniciativa viabilizou a salvaguarda do patrimônio documental e impulsionou um avanço considerável na pesquisa histórica regional, franqueando o acesso à base empírica indispensável para o desenvolvimento do presente estudo. A documentação em questão é identificada pelo Código de Referência: BR MGTJMG TJMG-JUD-CIV-2-899-7673-7687-INV55603887/Título: Inventário nº 55603887/Nível de descrição: Processo/Dossiê.¹

A maneira pela qual o autor acessou a referida documentação foi em formato digital, facilitando o empreendimento da pesquisa, segundo Carvalho (2025, p. 16) “teria a minha disponibilidade a qualquer momento do meu dia”. Notável, portanto, considerar o exemplar trabalho realizado pelo setor da Coordenação de Arquivo Permanente (COARPE), o qual possibilita os diversos pesquisadores/pesquisadoras, inclusive pesquisadores independentes e a despeito de onde se localizem, a realizarem suas pesquisas. Tomemos como exemplo a pesquisa aqui resenhado que foi realizada na UFFS (Universidade da Federal da Fronteira Sul), em Erechim, Rio Grande do Sul.

¹ Para acessar o documento:

http://acervominasjustica.tjmg.jus.br/atomobj/rep-digitais/comarca-de-rio-pardo-de-minas/inventario/55603887-jose-ferreira-da-costa_manuel-luiz-de-campos_francisca-maria-do-rosario_izabel-maria-do-rosario.pdf

Amparado nesse conjunto documental resgatado e custodiado pelo COARPE, o presente trabalho investiga as estruturas agrárias, a acumulação patrimonial e as relações sociais vigentes no sertão do Rio Pardo durante a transição do século XVIII para o século XIX. O foco analítico recai sobre as fazendas São Bartholomeu e Tabúa, localizadas no atual município de Montezuma (MG), delimitando-se temporalmente entre a lavratura da carta de testamento (1797) e o encerramento da partilha dos bens do Ajudante José Ferreira da Costa (1807). A reflexão busca problematizar a tradicional construção historiográfica que retratava o sertão enquanto um espaço inóspito, "ignoto", desprovido de normatividade estatal e entregue ao arbítrio de elites locais. Em contraposição a essas leituras, o estudo evidencia como essas unidades produtivas atuavam como entrepostos econômicos estratégicos, articulando o abastecimento, a criação de gado e os pontos de pouso ao longo das rotas mercantis que interligavam as capitanias de Minas Gerais e Bahia.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa fundamenta-se na transcrição e na crítica historiográfica das fontes primárias, operando o cruzamento analítico desses dados com itinerários de época — com destaque para a Derrota descrita por Joaquim Quaresma Delgado em 1734 — e com a cartografia setecentista, a exemplo dos mapas produzidos por Jacobo Cocleo (1699-1702) e Joaquim José da Rocha (1777). Por meio desse exercício de reconstituição empírica, busca-se dimensionar não somente os índices financeiros e a composição da propriedade pecuária do inventariado, mas também compreender a dinâmica espacial das fazendas São Bartholomeu e Tabua. Nesse sentido, o detalhamento do processo de partilha dos bens do Ajudante José Ferreira da Costa e o mapeamento das divisões territoriais dessas duas propriedades revelam-se fundamentais para reconstruir a própria gênese da estrutura fundiária no extremo norte do estado de Minas Gerais.

Por fim, a investigação busca avançar além da contabilidade cartorial ao conferir visibilidade à estrutura da mão de obra escravizada, atribuindo densidade social às avaliações dos cativos para resgatar a dimensão humana, as vivências, as identidades étnicas e as contradições vivenciadas no cativo do sertão do Rio Pardo.

DESENVOLVIMENTO:

Representações Discursivas, Cartografia e Vias de Abastecimento no Sertão do Rio Pardo

No que diz respeito à escrita do segundo capítulo - e primeiro do desenvolvimento -, intitulado “*O Sertão de Minas*”, ela recai no confronto analítico entre o discurso elaborado pela administração colonial e as dinâmicas efetivas de povoamento e economia estabelecidas no interior da América portuguesa durante o século XVIII. Na documentação oficial e no discurso administrativo da época, a categoria sertão surge carregada de um forte sentido pejorativo. Como aponta a historiografia, ganha-se, sobretudo no decorrer do século XVIII, “o sentido de região inóspita e sem lei” (Araújo, 2000, p. 82). Muito dessa significação sobre o sertão enquanto esse espaço, etimologicamente advém de concepções medievais, já a carga posterior de adjetivos são frutos nascentes em solo americano.

Essa representação metropolitana do sertão enquanto um espaço “ignoto”, árido e desprovido de civilidade visava, em grande medida, mascarar as incapacidades do próprio Estado em normatizar territórios distantes do litoral e dos grandes eixos mineradores. Essa construção discursiva visava esconder as fragilidades administrativas da própria Coroa, pois, como reflete Anastasia (2005), a desordem que se manifestava no cotidiano na Capitania de Minas Gerais, no século XVIII, recaía à “uma ausência de instrumentos eficazes para consolidar a ordem.” (Anastasia, 2005, p. 14). O rótulo de zona sem direito imputado aos sertões, tendia a encobrir a presença de sociedades locais estruturadas, que estabeleciam formas próprias de dominação, uso da terra e articulação mercantil, e promoviam ou demoviam laços com as autoridades coloniais conforme apetecia os seus próprios interesses.

Compreender a gênese dessas propriedades no contexto da segunda metade do século XVIII permite desvelar a formação de uma elite agrária sertaneja que, personificada em figuras como o Ajudante José Ferreira da Costa, soube articular o domínio da terra e o controle da mão de obra à posição de centralidade geográfica do Rio Pardo. Assim, o espaço sertanejo revela-se não como uma margem passiva, mas como uma fronteira de expansão produtiva e povoamento perfeitamente integrada aos fluxos da América portuguesa, como observa-se no terceiro capítulo, que será abordado.

O terceiro capítulo, intitulado “*O sertão do Rio Pardo: uma análise econômica da fazenda São Bartholomeu e fazenda Tabúa (1797-1807)*”, é estruturado em três subcapítulos, sendo que o último destes (3.3) é composto por três subcapítulos (3.3.1/3.3.2/3.3.3).

Antes da discussão mais detida da economia das fazendas citadas pelo autor, este inicia o primeiro subcapítulo, intitulado “*Sertão do Rio Pardo*”, realizando uma sucinta apresentação do passado colonial, em específico do processo colonizatório do sertão do Rio Pardo. Para tal empreendimento, volta-se para a singela historiografia que tratou de realizar esforços de compreensão do desenrolar deste momento histórico em meio à região analisada, portanto, foram utilizados como principais autores Edneila Rodrigues Chaves (2004; 2005; 2012), Antonino da Silva Neves (1908) e Cônego Newton de Ângelis (1998). Esse trio de autores retoma, em especial os dois primeiros, o fato acerca da expedição sob liderança do castelhano Francisco Bruzza de Spinosa, datada de 1553 e 1554, na qual os expedicionários, ávidos para descobrir riquezas minerais, caminharam, dentre outros lugares, pela região do Rio Pardo: daí o motivo do autor do TCC de retomar este fato, mesmo que tal empreendimento não tenha suscitado nem em descoberta de minérios, nem em efetiva constituição - que não fazia parte dos planos - de alguma povoação pelas margens do curso d'água.

Passados 144 anos na história da região, ou seja, em 1698, é relatado o possível fato mais célebre da historiografia sobre o processo colonizatório do sertão do Rio Pardo, isto é, a descoberta de ouro pelo sertanista paulista Antônio Luís dos Passos no rio Pardo. O fato, desta vez, é amplamente aceito pela historiografia como o momento definidor da colonização deste espaço, pelo motivo da fixação e atuação no território por parte do colonizador. No que concerne à fixação de Antônio, é inserido no trabalho um fato relatado pela obra de Ângelis, que segue:

Voltando da Guerra dos Palmares, o Tenente General Matias Cardoso de Almeida, seu cunhado Antônio Gonçalves Figueira e 19 de seus companheiros de lutas, resolveram radicar-se em território norte-mineiro, onde, em recompensa de seus trabalhos, interior obtiveram para todos a doação de uma sesmaria no brasileiro, entre os rios Paro e Doce, de oitenta léguas aproximadamente 500 km. Nesta leva, encontrava-se o bandeirante paulista, Antônio Luís dos Passos, que assentou na confluência dos rio Preto e Pardo, em 1698 (Ângelis, 1998, vol 2. p. 13)

Tal informação, no que concerne à afirmação de que Antônio Luís dos Passos seria companheiro de Matias Cardoso, e que teria recebido uma parte da sesmaria,

não possui confirmação direta através de fontes primárias, uma vez que o documento da dita sesmária não cita nominalmente a Antônio Luiz², evidenciando uma tradição historiográfica ainda sem lastro documental que é replicada no texto.

De maneira resumida, o autor discorre acerca da constituição de uma unidade administrativa no sertão do Rio Pardo, ou seja, a elevação de capela a paróquia, em 1740; bem como a relação complexa outrora vivenciada pelos colonizadores e indígenas “Aimorés - conhecidos como botocudos-, Mongoiós, Pataxós, Tapuias, dentre outros povos”, como salienta Carvalho (2025, p. 34). Para fins de conclusão deste primeiro subcapítulo, o autor demonstra brevemente em um parágrafo, apoiado na literatura de Amantino (2014) e Chaves (2003), como o sertão tornou-se, ao longo do século XVIII, um espaço importante para a Coroa Portuguesa. Vale, portanto, evidenciar que o primeiro subcapítulo, com o objetivo de apresentar e discutir sobre o processo colonizatório do sertão do Rio Pardo, encontra limites claros. Muito por conta, de ainda vigorar, uma certa carência de fontes primárias e estudos historiográficos que trazem à tona os contornos mais detalhados desse momento do passado de Rio Pardo de Minas.

Entretanto, ao analisar a cartografia setecentista, com destaque para as cartas elaboradas por Jacobo Cocleo (1699-1702) e por Joaquim José da Rocha (1777), em diálogo com os relatos de itinerários e diários de viagem, ainda permanece claro que o sertão do Rio Pardo constituía um denso ponto de encontro entre caminhos e atalhos que cruzavam o extremo norte mineiro, conectando as comarcas do Serro Frio, da Vila do Príncipe e do Termo de Minas Novas do Araçuaí, aos sertões da Bahia, do Rio de Contas e do São Francisco.

Em se tratando do segundo subcapítulo, intitulado “*Fazenda São Bartholomeu e fazenda Tabua: antecedentes históricos*”, é destinado aos antecedentes históricos das fazendas, São Bartholomeu e a Tabua, analisadas no trabalho, e apresentar um esforço para demonstrar as origens históricas e o papel econômico das fazendas para o entorno.

É demonstrado como, ao longo do século XVIII, intensificaram-se as relações econômicas entre as capitanias da Bahia e Minas Gerais, por meio, por exemplo, das relações comerciais no mercado de abastecimento. A região norte das Minas Gerais fora passagem, muitas vezes, obrigatória para conectar estas duas. Neste

² Para acessar a lista de companheiros de Matias Cardoso. Cf: VIANNA, Urbino. **Bandeiras e Sertanistas Bahianos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935, p. 73.

sentido, a freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Rio Pardo foi, como salienta Carvalho (2025, p. 37) “um território que configurava possíveis passagens”, por isso, “acabou sendo mencionado em documentações de sujeitos que mapearam caminhos entre as zonas auríferas baianas e mineiras”.

Nesse contexto, o autor pôde dispôr de documentações cartográficas e um relato escrito, todos datados do século XVIII. O relato escrito foi o roteiro produzido pelo sertanista Joaquim Quaresma Delgado, de 1734, intitulado “*Derrota do Rio das Contas até Minas do Araçuaí*”³. Já no que diz respeito aos mapas, foi utilizado três mapas: *Carta Geographica da capitania de Minas Geraes, e partes confinantes, 1767*; *Mappa da Capitania de Minas Geraes, 1777*; e um estudo do *Mapa da maior parte da costa e sertão do Brazil*, datado entre 1699-1702.⁴

Lançando luz sobre o estudo do *Mapa da maior parte da costa e sertão do Brazil*, de autoria do padre jesuíta Jacobo Cocleo, o autor destaca a existência do Caminho de João Gonçalves do Prado, este caminho, como salienta Chaves (2012, p.88) “seguia cortando o rio das Velhas, o Verde Grande, o Gorutuba e o Pardo. No sertão da Bahia, ele alcançava o caminho às margens do rio Paraguaçu e, passando por Cachoeira, chegava-se até a cidade da Bahia”. Foi um caminho considerado mais curto para se chegar às “minas gerais do rio das Velhas” (Antonil, 2011, p 253). O autor, em seu trabalho, destaca a existência da fazenda Tabua enquanto um entreposto importante que seguia por esse caminho mais movimentado, confirmando ela possuir, devido a provável feitura do mapa, “incríveis mais de 300 anos” atualmente (Carvalho, 2025, p. 39).

Todavia, em descuido anacrônico, ignora o fato que o mapa que utilizou é um estudo baseado no mapa original, quer dizer, os nomes das localizações no mapa-estudo, refletem a pesquisa-estudo de então. Exemplo: após a fazenda Tabúa, seguindo o caminho à esquerda, o próximo pouso é Jacaraci, antiga Boa Viagem e Almas, que teve sua nomenclatura mudada como encontra-se até os dias de hoje, no começo do século XX. Neste sentido, o mapa-estudo revela que, de fato, o

³ Para acessar o roteiro na íntegra. Cf: VIANNA, Urbino. **Bandeiras e Sertanistas Bahianos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935, p. 184-203.

⁴ Para os mapas. Cf:

<https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/toponimiahistoricamineira/index.php/carta-geographica-da-capitania-de-minas-geraes-e-partes-confinantes-escala-ca-1-800-000-anno-de-1767-1-mapa-ms-color-a-mao-tinta-ferrogalica-e-nanquim-1683-cm-x-124/>

https://acervobndigital.bn.gov.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=1550

caminho outrora utilizado era onde instalou-se a fazenda da Tabua, portanto, para trabalhos futuros vale o autor busca recorrer ao mapa original para melhor esclarecimento sobre esta fazenda e demais.

Por sua vez, no itinerário escrito, os caminhos são atestados pela Derrota descrita por Joaquim Quaresma Delgado em 1734. Em seu percurso através dos territórios banhados pelo Rio Pardo, Delgado registra a presença de pousos e unidades produtivas já consolidadas ao longo do trajeto. Delgado, atravessando os sertões do Rio Pardo, descreve:

Do Brejinho athé topar com dous caminhos em hua grande varja, ha hua legoa e meia, deyxarse-ha o mais seguido, q he o da esquerda que este vay dar na fazda. da Tabúa de gado e tomarseha sempre direyto pela mesma varju (que está cercada de hua parte, e da outra de serras).
(Vianna, 1935, p. 191)

A indicação dos caminhos e a menção à "fazenda da Tabúa de gado" revelam a existência de marcos territoriais e econômicos identificados pelos viajantes da primeira metade do século XVIII. Mais adiante em seu roteiro, Quaresma Delgado demonstra o papel dessas propriedades rurais enquanto pontos de pouso para quem transitava pela região ao registrar:

"Deste ranxo segue o caminho deyxando sempre o Rio a direita athé que se vay dar na fazenda de Domingos Gonçalves, sítio de S. Lamberto, e aqui tambem pode descansar, mas he bom seguir viaje adiante maz hua legoa e meya, e logo se dá na fazenda do Alferes Salvador Cardoso" (Vianna, 1935, p. 191).

A hipótese do sítio do São Lamberto ser uma nomenclatura arcaica recebida pela Fazenda de São Bartholomeu, formulada neste trabalho, viria a ser futuramente confirmada. Dialogando com os dois primeiros mapas supracitados datados de pouco mais de 30 anos depois, pode-se observar que a fazenda São Bartholomeu é aquela que segue a Tabua, assim como indicado pelo Joaquim Quaresma Delgado.

As passagens anotadas pelo viajante mostram que as fazendas do sertão do Rio Pardo — entre as quais se destacam as fazendas São Lamberto (São Bartholomeu) e Tabua, situadas no território do atual município de Montezuma (MG) — desempenharam uma dupla função essencial. Por um lado, eram núcleos de produção voltados para a pecuária extensiva (gado vacuum e cavalar), a lavoura de subsistência e o processamento da cana-de-açúcar em seus engenhos; por outro, funcionavam como entrepostos de reabastecimento e pouso para tropeiros, comerciantes de gado e comitivas que promoviam a circulação de mercadorias e

gêneros de primeira necessidade entre a Capitania da Bahia e a região mineradora de Minas Gerais.

No terceiro e último subcapítulo, intitulado “*Dono de terras em um sertão que pega fogo*”, finalmente, realiza-se o empreendimento de análise e reflexão da documentação disponibilizada na COARPE. Como explicitado na passagem acima, este subcapítulo é dividido em três partes, sendo assim, a primeira parte é destinada à compreensão da dinâmica econômica dos sertões, intitulado “*Breve considerações da dinâmica econômica dos sertões*”, e as duas últimas partes são destinadas à análise do inventário *post-mortem* e o testamento do Ajudante José Ferreira da Costa (?-1806), intitulados, a segunda parte, “*Ajudante José Ferreira da Costa e os ‘Ferreira da Costa’*” e, a terceira parte, “*Sobre números que dizem muito: a escravaria de José Ferreira da Costa*”, ambas com o objetivo de analisar a economia nesse mundo sertanejo.

Nesse sentido, no que diz respeito à dinâmica de posse e usos de terras no sertão mineiro - e os sertões no geral -, observou-se, sobretudo, duas formas bem definidas de relações com a terra, isto é, a sesmaria e o arrendamento (Da Silva, 1997, p. 199). Os sesmeiros - beneficiários de sesmaria -, portanto, dispoñdo de boa porção de terras nos ermos dos sertões, realizavam os contratos de arrendamentos de suas várias unidades econômicas (sítios, fazendas etc.), sendo assim, bem afirma Maria Yedda Linhares (1995, p. 08), “se juridicamente, o instrumento de posse é a sesmaria, é ao arrendatário que cabe, economicamente, a tarefa de apossar-se da terra, doada, desbravá-la e explorá-la, em síntese, gerar renda”. O sertão do Rio Pardo outrora constituía terras de ordem sesmarial, junto à Casa da Ponte, domínio da família Guedes e Brito. Para o século XIX, é possível consultar essa dinâmica de posse e usos de terras no *Livro do Tombo da Casa da Ponte do Rio Pardo*, de 1813.

Compreender a gênese e o desenvolvimento dessas unidades produtoras na segunda metade do setecentos permite demonstrar o processo de consolidação de uma influente elite sertaneja. Personificada em figuras proeminentes da administração e da milícia local, como o Ajudante José Ferreira da Costa (?-1806), essa classe proprietária soube converter a localização geográfica privilegiada do sertão do Rio Pardo em vetor de acumulação patrimonial, combinando o domínio territorial extensivo, o controle sobre as vias de trânsito e o emprego da mão de obra

escravizada. Dessa forma, o sertão do Rio Pardo afirma-se como um polo produtivo dinâmico e perfeitamente integrado às teias mercantis da América portuguesa.

Ao fim e ao cabo, o patrimônio constituído do Ajudante José Ferreira da Costa, reflete o tipo de unidade produtiva do mundo sertanejo, ou seja, fazendas de gado *vacum* e cavalares. Seu patrimônio como um todo foi desdobrado na pesquisa, todavia, para fins de dados quantitativos, segue a tabela:

Tabela 1 - Bens móveis do Ajudante José Ferreira da Costa (1807)

Patrimônio	Quantidade	Valor (\$)	Porcentagem (%)
Escravizados	33	2:381\$000	15,9%
Bens de Raiz	05	840\$000	5,6%
Animais (gado <i>vacum</i> /equinos)	2430 (gado) 133 (equinos)	9:732\$000 (gado) 875\$000 (equinos)	70,5%
Outros	_____	1:203\$975	8%
Total	2601	14:949\$115	100%

Fonte: Tabela elaborada pelos autores do estudo

Portanto, é possível analisar materialmente a economia sertaneja ao analisar o inventário *post-mortem*, afinal, a riqueza do fazendeiro tem em sua maior concentração as cabeças de gado e equinos, consistindo em 70,5% de seus bens. Lugar-comum nesta economia era a preponderância econômica advinda das cabeças de gado e equinos, nas fazendas e sítios no sertão mineiro. Ademais, ante a dinâmica econômica que desenvolveu-se no mundo sertanejo, vale destacar a quantia expressiva de cativos da escravidão do Ajudante José Ferreira da Costa, afinal, não era comum um proprietário só dispor de tanta mão-de-escrava para trabalhar em suas propriedades.

Pensando a escravidão dentro de uma perspectiva de não apenas quantificar preços atribuídos aos sujeitos que outrora serviram nestas fazendas, o autor, amparado na nova historiografia social, reflete os números em busca da possibilidade de compreender o que eles significam e refletem sobre aqueles sujeitos; em última instância, buscar não reproduzir a violenta racionalidade em que esses sujeitos aparecem para nós em arquivos à exemplo os inventários *post-mortem*.

Tabela 2 - Identidade étnica da escravaria do Ajudante José Ferreira da Costa

Marcador Étnico	Homens	Mulheres	Total
Angola	06	04	10
Mina	01	01	02
Crioulo	12	08	20
Mulato	01	—	01
Total	20	13	33

Fonte: Tabela elaborada pelos autores do estudo

CONCLUSÃO:

As questões rapidamente discutidas mostram a importância do Trabalho de Conclusão de Curso de Wesley Santana Carvalho, ante a escassez de trabalhos historiográficos de uma região tão desassistida pela historiografia brasileira, como é o sertão do Rio Pardo. Mesmo que modesto o trabalho, evidentemente por ser um TCC, ou seja, um possível primeiro trabalho de mais fôlego, podemos concluir que a pesquisa realizada pelo autor alcança a tarefa de análise e compreensão do que se propôs a refletir, isto é, a dinâmica econômica do sertão mineiro e, em específico, do sertão do Rio Pardo. Ao analisar localmente a partir do inventário *post-mortem* do Ajudante José Ferreira da Costa (?-1806), pode-se constatar, na feliz síntese de Anthony Jhon R. Russell-Wood (2021, p. 281) “se existisse um único tipo a ser associado ao sertão, esse seria constituído pelos poderosos do sertão, homens influentes do interior cujo capital residia essencialmente no gado”, ou seja, como salienta Carvalho (2025, p. 67, adição nossa), “pensando no macro, [percebe-se] que ambas as unidades produtivas, sob comando do Ajudante José Ferreira da Costa, enquadraram-se na lógica da economia sertaneja”. O público leitor só tem a ganhar com a pesquisa aqui resenhada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMANTINO, Marcia. Sertões, índios e quilombolas. Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, v. 50, n. 1, p. 92-109, 2014.
- ANASTASIA, Carla Maria Junho. A geografia do crime: violência nas Minas setecentistas. Editora ufmg, 2005.
- ÂNGELIS, Newton de. Efemérides Riopardenses—1698-1972. Rio Pardo de Minas: s/e, 1998
- ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas. Brasília: Senado Federal, 2011.

ARAÚJO, Emanuel. Tão vasto, tão ermo, tão longe: o sertão e o sertanejo nos tempos coloniais. *Revisão do Paraíso: os brasileiros e o Estado em*, v. 500, p. 47-91, 2000.

BARREIROS, Eduardo Canabrava. *Episódios da Guerra dos Emboabas e sua geografia*. Editora Itatiaia, 1984.

CARTA geographica da Capitania de Minas Geraes, e partes confinantes. [S.l.: s.n.], 1767. 1 mapa, manuscrito, color. à mão, tinta ferrogálica e nanquim. Escala [ca. 1:800.000]. Disponível em:

<https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/toponimiahistoricamineira/index.php/carta-geographica-da-capitania-de-minas-geraes-e-partes-confinantes-escala-ca-1-800-000-anno-de-1767-1-mapa-ms-color-a-mao-tinta-ferrogolica-e-nanquim-1683-cm-x-124/>

CARVALHO, Wesley Santana. **ENTRE O GADO E O ENGENHO**: economia nas fazendas de São Bartholomeu e Tabúa (1797-1807). 2025. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, 2025.

CHAVES, Edneila Rodrigues. **Hierarquias sociais na Câmara Municipal em Rio Pardo (Minas Gerais, 1833-1872)**. 2012. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

CHAVES, Edneila Rodrigues. **O sertão do Rio Pardo**: sociedade, cultura material e justiça nas Minas oitocentistas. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

CHAVES, Edneila Rodrigues. Território das minas na colonização portuguesa: contato entre culturas e ocupação. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: ANPUH, 2005.

DA SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *Pecuária e formação do mercado interno no Brasil-colônia*. Estudos Sociedade e Agricultura, 1997.

DELGADO, Joaquim Quaresma. *Derrota do Rio das Contas até Minas do Araçuaí*. In: VIANA, Urbino. **Bandeiras e Sertanistas Bahianos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935, p. 184-203.

INVENTÁRIO *post-mortem* do Ajudante José Ferreira da Costa. 1807. Disponível em: <https://acervominasjustica.tjmg.jus.br/index.php/inventario-n-55603887>

LINHARES, Maria Yedda Leite. *Pecuária, alimentos e sistemas agrários no Brasil (séculos XVII e XVIII)*. **Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian, Le Portugal et l'Europe Atlantique, le Brésil et l'Amérique Latine. Mélanges offerts à Frédéric Mauro**, v. 34, p. 5-16, 1996.

NEVES, Antonino da Silva. *Chorographia do município do Rio Pardo*. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, ano 13, p. 413-450, 1908.

ROCHA, José Joaquim da. **Mappa da Capitania de Minas Geraes**. [S.l.: s.n.], [ca. 1790]. Disponível em:

https://acervobndigital.bn.gov.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=1550

RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Fronteiras do Brasil colonial*. In: RUSSELL-WOOD. **Histórias do Atlântico português**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2021. p. 279-302.